

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.437.402 - ES (2019/0020087-0)**

AGRAVANTE : TEREZINHA GARCIA DA COSTA  
ADVOGADO : ROBNEI BATISTA DE BARROS E OUTRO(S) - ES013430  
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por TEREZINHA GARCIA DA COSTA, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA RURAL POR IDADE REQUISITOS - IDADE MÍNIMA. NÃO COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL.

- Apelação interposta em face de sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício previdenciário de aposentadoria por idade rural.

- A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no artigo 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.

- No caso dos autos, embora a parte autora tenha completado a idade para aposentadoria, não apresentou início de prova material contemporânea capaz de comprovar o exercício de atividade rural, sob o regime de economia familiar, por tempo suficiente à carência.

- É certo que a autora recebe pensão por morte de trabalhador rural desde 14/01/1990. Tal fato, entretanto, não é suficiente a comprovar que a autora laborava na atividade rural após o óbito, não havendo elementos nos autos que corroborem a atividade rurícola no período de 180 meses anteriores ao pedido.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados em acórdão ementado, *in verbis* (fl.139):

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROVA FRÁGIL. DOCUMENTAÇÃO NÃO CONTEMPORÂNEA. NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS. DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR.

- Os Embargos de Declaração somente são cabíveis quando interpostos para suprir eventual omissão, contradição ou obscuridade existente no julgado (art. 1.022 do CPC).

- As testemunhas afirmam que a requerente sempre trabalhou na roça, desde o tempo em que a conhecem. Contudo, também se vislumbram inconsistências entre os depoimentos, sendo a questão suscitada, inclusive,

pelo juiz a quo, conforme ressaltado no voto de fl. 92, o que torna a prova testemunhal frágil.

- Ainda que o rol de documentos contenha significativa flexibilização no âmbito da jurisprudência, é certo que o conjunto probatório trazido aos autos não se reveste de início de prova material.

- A escritura de compra e venda de propriedade localizada na zona rural, em favor de Marcelo Vieira Soares, foi expedida em 29/11/2009, não traz nenhuma informação acerca do labor campesino da embargante.

- A ficha do sindicato em nome da autora, contendo a categoria de viúva 'lavradora - pensionista', foi autenticada em 30/06/2014. Também não se visualiza nos autos nenhuma declaração fundamentada do órgão de classe, conforme determina o inciso III do art. 106 da lei previdenciária.

- Os históricos escolares dos filhos da embargante, expedidos em 22/10/2013 e a ficha de saúde da Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco, de 21/11/2013, não se prestam a provar a condição de rurícola, uma vez que as qualificações profissionais constantes em alguns documentos emitidos não podem ser tidas como prova incontestável dessa condição, já que, em geral, são informações registradas por mera declaração do interessado, motivo pelo qual não se pode ter como absoluta a prova da manutenção da profissão constante de registros históricos, ou de declarações pessoais (alistamento eleitoral, ficha de ensino de filhos, saúde, declarações particulares, certidão de casamento, etc).

- A embargante não apresenta documentação suficiente para demonstrar seu labor na condição de segurada especial, nem atende os requisitos legais para caracterização de regime de economia familiar.

- Apesar de a autora receber pensão por morte de trabalhador rural desde 14/01/1990, tal fato não é suficiente a comprovar que laborava na atividade rural após o óbito de seu falecido marido, não havendo elementos nos autos que corroborem a atividade rurícola no período de 180 meses anteriores ao pedido.

- Sanado o vício, para, entretanto, manter o inteiro teor do acórdão.

No presente recurso especial, a recorrente aponta violação ao art. 106 da Lei n. 8.213/91.

Argumenta que é trabalhadora rural e que o seu benefício foi negado na origem ao fundamento de que a prova material apresentada é inservível ao ser desiderato.

Sustenta, em síntese, divergência jurisprudencial com julgado deste STJ, no sentido de que a certidão de casamento, em que conste a profissão do cônjuge como lavrador, é extensível à esposa de forma a configurar início de prova material apto do exercício da atividade rural.

Pugna ao fim pelo deferimento da aposentadoria rural por idade.

Em contrarrazões, o INSS alega a falta de prequestionamento e a incidência da Súmula nº 7 do STJ.

O recurso especial foi inadmitido com base na Súmula nº 7 do STJ.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos

objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Tenho que não assiste razão à recorrente.

Com efeito, apesar de todo o inconformismo deduzido nas razões do Recurso Especial, tenho que houve adequada análise e fundamentação do conjunto probatório no aresto combatido.

Na verdade, o que ocorre nos presentes autos é que a Corte considerou todo o conjunto probatório frágil, inclusive a prova testemunhal.

E a fragilidade da prova testemunhal, fundamento independente e suficiente para manter o julgado, sequer foi rebatido, o que atrai a incidência da Súmula n. 283/STF com o seguinte teor, *in verbis*:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Ademais tendo a Corte de origem consignado que tanta a prova material quanto a prova testemunhal se revelaram frágeis, rever o posicionamento do Tribunal *a quo*, esbarra na Súmula n. 7/STJ, a qual veda a análise de Recurso Especial que demanda para o seu provimento, a revisão do acervo fático probatório.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Com fundamento no art. 85, §11, do CPC/2015, de acordo com os critérios descritos nos §§ 2º e 3º do mencionado artigo, majoro o percentual da condenação da verba honorária fixado na instância ordinária em 1%. A exigibilidade, contudo, fica suspensa em razão do deferimento da justiça gratuita.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator